

# COMPROMISSO

## SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALMADA



Aprovo as alterações a este Compromisso  
de quarenta e quatro artigos em vinte e quatro  
páginas, todas por mim rubricadas.

Setúbal, 18 de abril de 2017.



# **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALMADA**

## **COMPROMISSO**

### **Capítulo I**

#### **Denominação, objetivos e natureza jurídica**

##### **Artigo 1º**

###### **(Denominação, objetivos e natureza jurídica)**

- 1- A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Almada, abreviadamente designada Santa Casa da Misericórdia de Almada, fundada em maio de 1555, continua a ser uma associação de fiéis, cujo fim é a prática das Catorze Obras de Misericórdia, reconhecida na ordem jurídica canónica, com o objetivo de satisfazer carências sociais e de praticar atos de culto católico, de harmonia com o espírito tradicional, informado pelos princípios de doutrina e moral cristãs.
- 2- Em conformidade com a natureza que lhe provém da sua ereção canónica, a Santa Casa da Misericórdia de Almada está sujeita ao Bispo Diocesano, nos termos das leis canónica e civil, nomeadamente o regime especial decorrente do Compromisso celebrado entre a União das Misericórdias Portuguesas e a Conferência Episcopal, assinado em 2 de maio de 2011, ou de documento bilateral que o substitua, o qual consubstancia o Decreto-Geral Interpretativo da Conferência Episcopal Portuguesa da mesma data.
- 3- A Santa Casa da Misericórdia de Almada tem personalidade jurídica civil e é reconhecida como IPSS- Instituição Particular de Solidariedade Social, mediante participação escrita da sua ereção canónica aos serviços competentes do Estado, é considerada uma entidade da economia social nos termos da respetiva lei de bases e tem natureza de pessoa coletiva de utilidade pública.

##### **Artigo 2º**

###### **(Duração e âmbito)**

- 1- A Santa Casa da Misericórdia de Almada é constituída por tempo indeterminado, exerce a sua ação no concelho de Almada e tem a sua sede na rua D. José de Mascarenhas, nº 42, 2800-119 Almada.
- 2- Sem quebra da sua autonomia e independência e dos princípios que a criaram e orientam, a Santa Casa da Misericórdia de Almada poderá realizar todos os atos necessários para o cumprimento dos seus objetivos.
- 3- A Santa Casa da Misericórdia de Almada poderá constituir associações, uniões, federações e confederações com outras Santas Casas da Misericórdia, instituições do sector da economia social, entidades do sector público e organizações do sector privado, para criar ou manter serviços ou equipamentos de utilização comum e desenvolver ações sociais de responsabilidade partilhada.



# **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALMADA**

## **COMPROMISSO**

### **Artigo 3º**

#### **(Fins e atividades)**

- 1- Para concretização dos seus objetivos, a Santa Casa da Misericórdia de Almada concede bens e serviços e prossegue atividades de intervenção social, nomeadamente:
  - a) Apoio à infância e juventude, nomeadamente a crianças e jovens em perigo;
  - b) Apoio a pessoas idosas, pessoas com deficiência e incapacidade, pessoas em situação de necessidade ou de dependência, sem-abrigo e vítimas de violência doméstica;
  - c) Apoio à família e comunidade em geral;
  - d) Apoio à integração social e comunitária;
  - e) Promoção da saúde, prevenção da doença e prestação de cuidados na perspetiva curativa, de reabilitação e reintegração, bem como aquisição e fornecimento de medicamentos e assistência medicamentosa;
  - f) Promoção da educação, da formação profissional e da igualdade de homens e mulheres;
  - g) Empreendedorismo e outras respostas sociais enquadráveis no âmbito da economia social, que contribuam para a efetivação dos direitos dos cidadãos e para a sustentabilidade da instituição;
  - h) Habitação social;
  - i) Agricultura social.
  - j) Salvaguarda e defesa do património histórico, artístico e cultural;
- 2- Sob a invocação de Nossa Senhora da Misericórdia, sua Padroeira, a Santa Casa da Misericórdia de Almada manterá o culto divino na sua Igreja e capelas.
- 3- A Santa Casa da Misericórdia de Almada pode ainda prosseguir, de modo secundário ou instrumental, outras atividades, a título gratuito ou oneroso, por si ou em parceria.
- 4- Nos termos e para os efeitos da lei sobre atividades secundárias e instrumentais, a Santa Casa da Misericórdia de Almada assume a natureza de empresa social ou sociedade de empreendedorismo social.
- 5- A Santa Casa da Misericórdia de Almada apoia e incentiva o voluntariado, promovendo a cooperação e a ética na responsabilidade.

## **Capítulo II**

### **Irmãos**

#### **Artigo 4º**

##### **(Irmãos)**

- 1- Constituem a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Almada todos os atuais





# SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALMADA

## COMPROMISSO

irmãos e os que de futuro nela vierem a ser admitidos.

2- O número de irmãos é ilimitado e deve representar a comunidade em que se insere.

### Artigo 5º

#### (Processo de admissão)

1- Podem ser admitidos como irmãos as pessoas que reúnam as seguintes condições:

- a) Sejam de maioridade;
- b) Gozem de boa reputação moral e social;
- c) Aceitem os princípios da doutrina e da moral cristãs e revelem, pela sua conduta social ou pela sua atividade pública, respeito pela fé católica e seus fundamentos.

2- A admissão de irmãos é feita mediante proposta assinada por um irmão e pelo próprio candidato, em que este se identifique e se obrigue a cumprir os deveres de irmão.

3- Tal proposta é submetida à apreciação da Mesa Administrativa na sua primeira reunião posterior à apresentação nos serviços administrativos.

4- É admitido como irmão o candidato cuja proposta reúna a maioria dos votos dos membros da Mesa Administrativa presentes na reunião.

5- Da rejeição da proposta de admissão cabe recurso para a Assembleia Geral, a interpor conjuntamente pelos proponentes no prazo de trinta dias seguidos a contar da notificação.

6- A admissão deverá ser notificada ao novo irmão no prazo de trinta dias após a deliberação.

7- A readmissão de irmão obedece aos mesmos termos da admissão.

### Artigo 6º

#### (Deveres)

Os irmãos têm os seguintes deveres:

- a) Observar, cumprir e fazer cumprir o compromisso e regulamentos da Santa Casa da Misericórdia de Almada;
- b) Desempenhar com zelo e dedicação os cargos nos órgãos sociais para os quais forem eleitos, salvo pedido de escusa por motivo justificado, ou se tiverem desempenhado algum desses cargos no quadriénio anterior;
- c) Comparecer nos atos oficiais e nas solenidades religiosas e públicas promovidas pela Santa Casa da Misericórdia ou para as quais tenha sido convocado;
- d) Colaborar no progresso e desenvolvimento da Santa Casa da Misericórdia de Almada de modo a prestigiá-la e a torná-la cada vez mais respeitada, eficiente e útil perante a



## SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALMADA

### COMPROMISSO

comunidade em que está inserida;

- e) Honrar, defender e proteger a Santa Casa da Misericórdia de Almada, em todas as eventualidades, principalmente quando ela for injustamente acusada ou atacada no seu carácter de instituição eclesial e de solidariedade social.
- f) Proceder sempre com reta intenção e ao serviço da verdade e do bem comum, sem ambições ou propósitos de satisfação pessoal, mas antes e sempre, com o pensamento em Deus, nos irmãos e nos beneficiários;
- g) Pagar pontualmente o valor da quota fixada nos termos deste compromisso;
- h) Promover a Santa Casa da Misericórdia de Almada junto de pessoas individuais ou coletivas que se comprometam a contribuir com um donativo, mensal ou anual, como membro do Grupo de Amigos da Misericórdia (GAM), os quais não têm o estatuto de irmão;
- i) Divulgar os fins e atividades prosseguidos pela Santa Casa da Misericórdia de Almada com vista a promover o incremento da atividade voluntária e do número de irmãos, bem como a angariação de donativos e patrocínio de causas promovidas pela Mesa Administrativa ou por ela aprovadas.

#### Artigo 7º

##### (Direitos)

#### 1- Os irmãos têm direito:

- a) A participarem e votarem nas reuniões da Assembleia Geral;
- b) A elegerem e serem eleitos para os órgãos sociais, desde que façam parte da Santa Casa da Misericórdia de Almada há mais de um ano e estejam no pleno gozo dos seus direitos, nos termos da lei e deste compromisso;
- c) A recorrerem para a Assembleia Geral das irregularidades ou infrações graves ao presente compromisso, sem prejuízo do recurso canónico para o Bispo Diocesano;
- d) A requererem a convocação extraordinária da Assembleia Geral, nos termos da lei e deste compromisso;
- e) A visitarem as obras e serviços sociais da Santa Casa da Misericórdia de Almada e a utilizá-los, em caso de necessidade, com observância dos respetivos regulamentos;
- f) A serem sufragados após a morte.
- g) A receberem um exemplar deste compromisso e o cartão de identificação, bem como a manter, devidamente atualizado, o seu número de irmão;
- h) A solicitarem a exoneração da qualidade de irmão.

#### 2- Os irmãos não podem votar nas deliberações da Assembleia Geral que diretamente lhes digam respeito ou nos quais sejam interessados os respetivos cônjuges ou pessoa com quem vivam em condições análogas às dos cônjuges, ascendentes, descendentes ou



# SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALMADA

## COMPROMISSO

qualquer parente ou afim em linha reta ou no 2.º grau da linha colateral

- 3- A inobservância dos requisitos da capacidade eleitoral passiva previstos na al. b) do nº 1 determina a nulidade da eleição do candidato em causa.
- 4- Os direitos dos irmãos não podem ser reduzidos pelo facto de estes serem também trabalhadores ou beneficiários dos serviços prestados pela Santa Casa da Misericórdia de Almada, salvo no que se refere ao voto nas deliberações respeitantes a condições e retribuições de trabalho, regalias sociais ou quaisquer direitos ou interesses que lhes digam respeito.

### Artigo 8º

#### (Exclusões)

- 1- Serão excluídos da Santa Casa da Misericórdia de Almada os irmãos:
  - a) Que não prestem contas dos valores que lhes tenham sido confiados;
  - b) Que tenham perdido a boa reputação moral e social e os que, voluntariamente, causarem danos à instituição;
  - c) Que tomem atitudes hostis à religião católica;
  - d) Que tenham o pagamento das quotas em atraso por mais de dois anos, apesar de instados a efetuarem o respetivo pagamento no prazo para tal fixado.
2. A aplicação da pena de exclusão é da competência da Assembleia Geral, mediante inquérito prévio elaborado pela Mesa Administrativa com audiência do irmão, sem prejuízo do recurso canónico.

## Capítulo III

### Culto e assistência espiritual

#### Artigo 9º

##### (Capelão)

- 1- Nas diversas obras sociais e serviços da Santa Casa da Misericórdia de Almada, haverá assistência espiritual e religiosa e para tal, haverá nela, sendo possível, um capelão privativo designado pelo Bispo Diocesano, sob proposta da Mesa Administrativa.
- 2- Ao capelão compete assegurar a assistência espiritual e religiosa aos irmãos, aos beneficiários e ao pessoal afeto à Santa Casa da Misericórdia de Almada, e realizar os atos religiosos.

#### Artigo 10º

##### (Igreja e capelas)

A Igreja e capelas da Santa Casa da Misericórdia de Almada são destinadas ao exercício





# SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALMADA

## COMPROMISSO

do culto divino e nela se realizarão, sempre que possível, os seguintes atos:

- a) Missa semanal pelas intenções da Santa Casa da Misericórdia de Almada;
- b) Missa de sufrágio por alma de cada irmão falecido;
- c) Sufrágios anuais, no mês de novembro, por alma de todos os irmãos, beneméritos e beneficiários falecidos;
- d) A celebração de outros atos de culto.

### Capítulo IV

#### Órgãos sociais

##### Artigo 11º

(Órgãos sociais)

Os órgãos sociais da Santa Casa da Misericórdia de Almada são a Assembleia Geral, a Mesa Administrativa e o Conselho Fiscal.

##### Artigo 12º

(Mandato social)

- 1- O mandato social tem a duração de quatro anos e inicia-se com a tomada de posse.
- 2- Os titulares dos órgãos sociais mantêm-se em funções até à posse dos novos titulares.
- 3- O exercício do mandato dos titulares dos órgãos sociais só pode ter início após a respetiva tomada de posse, a qual, depois de devidamente homologada pelo Bispo Diocesano, é dada pelo presidente cessante da Assembleia Geral até ao trigésimo dia posterior à eleição, ficando a eficácia canónica da posse dependente da emissão do competente decreto de homologação, sem prejuízo dos recursos eclesiais eventualmente apresentados.
- 4- O Provedor só pode ser eleito para três mandatos consecutivos.
- 5- Incumbe aos titulares dos órgãos sociais cessantes fazer a entrega de todos os valores, documentos, inventários e arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Almada aos titulares eleitos para novo mandato, imediatamente a seguir à tomada de posse destes, bem como informá-los com o máximo rigor de todas as circunstâncias relevantes que possam repercutir-se no exercício do seu mandato social.

##### Artigo 13º

(Exclusividade, não elegibilidade e impedimentos)

- 1- Aos titulares dos órgãos sociais não é permitido o desempenho simultâneo de mais de um cargo nos órgãos sociais da Santa Casa da Misericórdia de Almada, assim como



# SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALMADA

## COMPROMISSO

não é permitido exercer atividade conflituante com a atividade da instituição, nem integrar órgãos sociais de entidades conflituantes com a instituição, ou de participadas desta.

- 2- Entre os membros da Mesa Administrativa e os membros do Conselho Fiscal não pode haver laços de parentesco ou afinidade no 1º grau da linha reta ou no 2º grau da linha colateral, bem como cônjuges ou pessoas que vivam em condições análogas às dos cônjuges.
- 3- Os titulares dos órgãos sociais estão impedidos de votar em assuntos que diretamente lhes digam respeito ou nos quais sejam interessados os respetivos cônjuges ou pessoa com quem vivam em condições análogas às dos cônjuges, ascendentes, descendentes ou qualquer parente ou afim em linha reta ou no 2.º grau da linha colateral.
- 4- Os titulares da Mesa Administrativa não podem contratar direta ou indiretamente com a Santa Casa da Misericórdia, salvo se do contrato resultar manifesto benefício para esta.
- 5- A Mesa Administrativa e o Conselho Fiscal não podem ser constituídos maioritariamente por trabalhadores da instituição.
- 6- Não podem exercer o cargo de presidente do Conselho Fiscal trabalhadores da instituição.
- 7- Os irmãos que mantenham com a Santa Casa da Misericórdia de Almada litígio judicial não podem exercer funções nos órgãos sociais.
- 8- Os irmãos que sejam trabalhadores ou beneficiários da Santa Casa da Misericórdia mantêm os seus direitos compromissórios, salvo no que respeita ao voto nas deliberações respeitantes a retribuições de trabalho, regalias sociais ou quaisquer benefícios que lhes respeitem.

### Artigo 14º

#### (Condições do exercício dos cargos)

- 1- O exercício de qualquer cargo nos órgãos sociais é gratuito, mas pode justificar o pagamento de despesas dele derivadas.
- 2- Quando o volume do movimento financeiro, ou a complexidade da administração da instituição exijam a presença prolongada de um ou mais titulares da Mesa Administrativa, podem estes ser remunerados, desde que, sob proposta da Mesa Administrativa, a Assembleia Geral assim o delibere e fixe o respetivo montante da retribuição, nos termos da lei.

### Artigo 15º

#### (Forma de obrigar)





# SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALMADA

## COMPROMISSO

- 1- A Santa Casa da Misericórdia de Almada fica obrigada com as assinaturas conjuntas do Provedor e do Tesoureiro ou, na respetiva falta ou impedimento, do Vice-Provedor e do Secretário.
- 2- Nas operações bancárias são obrigatórias as assinaturas de quem a Mesa Administrativa deliberar, podendo ser designados profissionais com responsabilidade de direção.
- 3- Nos atos de mero expediente bastará a assinatura do provedor ou de outra pessoa designada para o efeito pela Mesa Administrativa.

### Artigo 16º

#### (Responsabilidade dos titulares)

- 1- Os titulares da Mesa Administrativa e do Conselho Fiscal não podem abster-se de votar nas deliberações tomadas nas reuniões dos respetivos órgãos a que estejam presentes e são responsáveis, civil e criminalmente, pelas faltas ou irregularidades cometidas no exercício do mandato.
- 2- Além de outros motivos legalmente previstos, os membros dos órgãos sociais ficam exonerados de responsabilidades se:
  - a) Não tiverem tomado parte na respetiva deliberação ou resolução e a reprovarem em declaração exarada na ata da sessão imediata em que se encontrem presentes depois de dela terem conhecimento;
  - b) Tiverem votado contra essa resolução e o fizerem consignar na respetiva ata.
- 3- Sem prejuízo do disposto na lei, os Mesários são solidariamente responsáveis pela administração e gestão da Santa Casa da Misericórdia de Almada e, bem assim, pelos prejuízos causados por atos e omissões de gestão praticados pela Mesa Administrativa ou por algum dos seus membros quando, tendo conhecimento de tais atos ou omissões, bem como do propósito de os praticar, não suscitem a intervenção da Mesa e/ou do Conselho Fiscal no sentido de tomar as medidas adequadas.

### Artigo 17º

#### (Deliberações e atas)

- 1- A Mesa Administrativa e o Conselho Fiscal só podem deliberar com a presença da maioria dos seus titulares.
- 2- As deliberações dos órgãos sociais são, em regra, tomadas por maioria dos votos dos presentes, salvo quando este compromisso ou a lei exijam maioria qualificada.
- 3- As votações respeitantes às eleições dos órgãos sociais ou a deliberações referentes a pessoas são feitas obrigatoriamente por escrutínio secreto.



# SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALMADA

## COMPROMISSO

- 4- De cada reunião dos órgãos sociais será elaborada ata, descrevendo sumária e fielmente o que se passou e deliberou, assinada por todos os membros presentes ou, quando respeite à Assembleia Geral, pelos membros da respetiva Mesa.
- 5- A ata será aprovada no início da reunião seguinte ou em minuta na própria reunião, podendo, no caso da Assembleia Geral, ser outorgada à respetiva Mesa um voto de confiança para a sua aprovação.

### Artigo 18º

#### (Estatuto e composição da Mesa da Assembleia Geral)

- 1- A Assembleia Geral é constituída por todos os irmãos no pleno gozo dos seus direitos associativos, nela residindo o poder soberano deliberativo da Santa Casa da Misericórdia de Almada.
- 2- A Assembleia Geral é dirigida pela respetiva Mesa, composta por um Presidente, um Vice-presidente e dois Secretários, à qual compete representar a Assembleia, bem como garantir o funcionamento democrático da Santa Casa da Misericórdia de Almada.
- 3- O Vice-presidente substitui o Presidente nas suas faltas e impedimentos
- 4- Na falta ocasional de qualquer dos membros da Mesa da Assembleia Geral, compete a esta eleger os respetivos substitutos de entre os irmãos presentes, que cessarão as suas funções no termo da reunião.
- 5- No caso de renúncia ou de impedimento permanente de qualquer dos membros da respetiva Mesa, a Assembleia Geral procede à sua recomposição por eleição, completando, o membro designado, o mandato social.

### Artigo 19º

#### (Competências da Assembleia Geral)

- 1- Compete à Assembleia Geral deliberar sobre todas as matérias não compreendidas nas atribuições legais ou compromissórias dos outros órgãos e, necessariamente:
  - a) Definir as linhas fundamentais de atuação da Santa Casa da Misericórdia de Almada;
  - b) Acompanhar a atuação dos demais órgãos sociais, zelando pelo cumprimento das disposições e princípios compromissórios e legais;
  - c) Apreciar, discutir e votar o relatório de atividades e contas, bem como o plano de atividades e orçamento, de exploração previsional e investimentos, propostos pela Mesa Administrativa, além de revisões orçamentais, sempre sob parecer do Conselho Fiscal;



## SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALMADA

### COMPROMISSO

- d) Apreciar e deliberar sobre a alteração deste Compromisso, sem prejuízo das formalidades civis e canónicas;
  - e) Apreciar e deliberar sobre a extinção, cisão ou fusão da Santa Casa da Misericórdia de Almada, sem prejuízo das formalidades civis e canónicas;
  - f) Eleger os órgãos sociais ou alguns dos seus membros;
  - g) Destituir a totalidade ou parte dos membros da respetiva Mesa e os membros da Mesa Administrativa e do Conselho Fiscal;
  - h) Apreciar e deliberar, sob proposta da Mesa Administrativa e parecer do Conselho Fiscal sobre a aquisição onerosa e a alienação, a qualquer título, de bens imóveis e de outros bens patrimoniais de rendimento ou de valor histórico ou artístico;
  - i) Autorizar, sob proposta da Mesa Administrativa, e parecer do Conselho Fiscal a realização de financiamentos e mútuos onerosos, que ultrapassem as competências da Mesa Administrativa;
  - j) Autorizar o provedor ou quem o substitua a demandar os membros dos órgãos sociais por atos ilícitos praticados no exercício das suas funções;
  - k) Aprovar a adesão a uniões, federações ou confederações;
  - l) Deliberar sobre a utilização do logotipo, bem como a alteração do atual brasão;
  - m) Fixar a eventual remuneração dos membros da Mesa Administrativa, nos termos da lei e deste compromisso;
  - n) Aprovar os regulamentos previstos neste compromisso, sob proposta da Mesa Administrativa;
  - o) Apreciar e deliberar sobre os recursos interpostos de quaisquer deliberações da Mesa Administrativa;
  - p) Fixar, sob proposta da Mesa Administrativa, os valores mínimos da joia de admissão e da quota a pagar pelos irmãos, bem como a periodicidade e forma de pagamento;
  - q) Deliberar sobre a aplicação de pena disciplinar de advertência, suspensão ou exclusão de irmãos, nos termos deste compromisso, mediante processo disciplinar elaborado pela Mesa Administrativa e assegurando-se a audiência prévia e as garantias de defesa do irmão;
  - r) Deliberar, sob proposta da Mesa Administrativa, a atribuição da qualidade de irmão honorário ou de benemérito.
- 2- A deliberação da Assembleia Geral sobre o exercício do direito de ação civil ou penal contra os membros dos órgãos sociais e mandatários, incluindo quem representa a Santa Casa da Misericórdia de Almada nessa mesma ação, pode ser tomada na Assembleia Geral convocada para apreciação do relatório de atividades e contas do exercício do ano anterior, mesmo que a respetiva proposta não conste da ordem de trabalhos.





# SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALMADA

## COMPROMISSO

### Artigo 20º

#### (Reuniões da Assembleia Geral)

- 1- As reuniões da Assembleia Geral são ordinárias e extraordinárias.
- 2- A Assembleia Geral reúne ordinariamente:
  - a) No mês de dezembro do final de cada mandato, para a eleição dos órgãos sociais;
  - b) Até 31 de março de cada ano, para apreciar, discutir e aprovar o relatório de atividades e contas do exercício do ano anterior, sob parecer do Conselho Fiscal, devendo estes documentos estar acessíveis para consulta dos irmãos, na sede e, caso exista, no sítio institucional, logo que a convocatória seja expedida;
  - c) Até 30 de novembro de cada ano, para apreciar, discutir e aprovar o plano de atividades e orçamento, de exploração previsional e investimentos, para o ano seguinte, sob parecer do Conselho Fiscal, devendo estes documentos estar acessíveis para consulta dos irmãos, na sede e, caso exista, no sítio institucional, logo que a convocatória seja expedida.
- 3- Nas reuniões extraordinárias apenas podem ser tratados os assuntos expressamente referidos na convocatória.
- 4- Nas reuniões ordinárias podem ser tratados assuntos não previstos na convocatória, sem poder deliberativo, salvo se estiverem presentes ou representados na reunião todos os irmãos no pleno gozo dos seus direitos sociais e todos concordarem com o aditamento.
- 5- A Assembleia Geral reúne extraordinariamente:
  - a) Quando convocada por iniciativa do respetivo Presidente ou a pedido do Provedor, da Mesa Administrativa ou do Conselho Fiscal;
  - b) A requerimento subscrito por um mínimo de 10% dos irmãos no pleno gozo dos seus direitos associativos, indicando com precisão os assuntos a incluir na ordem de trabalhos.
- 6- As deliberações a que se refere a alínea h), do n.º 1, do artigo 19º obedecem às seguintes regras:
  - a) A alienação ou oneração dos bens imóveis e de outros bens patrimoniais de rendimento ou de valor histórico ou artístico será feita nos termos do compromisso e da lei, por valor que, em princípio, não poderá ser inferior ao da avaliação por perito oficial, efetuada para o efeito, informando-se o Bispo da Diocese sobre os elementos essenciais do negócio;
  - b) A alienação de ex-votos que tenham sido oferecidos à Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Almada ou de coisas preciosas em razão da arte ou da história religiosas depende de licença eclesiástica;
  - c) A oneração ou alienação de bens afetos a atividades culturais ou religiosas depende de autorização prévia do Bispo da Diocese.



## SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALMADA

### COMPROMISSO

- 7- As deliberações da Assembleia Geral sobre as matérias constantes das alíneas d), e), e k), do n.º 1, do artigo 19º, só serão válidas se obtiverem o voto favorável de, pelo menos, 2/3 dos votos expressos.
- 8- Na Assembleia Geral, cada irmão dispõe de um voto.

#### Artigo 21º

##### (Forma de convocação)

- 1- A Assembleia Geral é convocada com, pelo menos, 15 dias de antecedência, pelo Presidente da Mesa ou, em caso de impedimento, pelo seu substituto.
- 2- A convocatória é afixada na sede da Santa Casa da Misericórdia de Almada e é também remetida a cada irmão através de correio eletrónico ou por meio de aviso postal.
- 3- A convocatória da Assembleia Geral é publicitada no sítio institucional da Santa Casa da Misericórdia de Almada e afixada nos equipamentos da instituição.
- 4- Da convocatória deve constar o dia, a hora, o local e a ordem de trabalhos da reunião.
- 5- A Assembleia Geral extraordinária deve realizar-se no prazo máximo de trinta dias, a contar da data da receção do pedido ou requerimento.
- 6- A comparência de todos os irmãos na reunião sanciona quaisquer irregularidades da convocatória, desde que nenhum deles se oponha à realização da Assembleia Geral.

#### Artigo 22º

##### (Quórum e funcionamento)

- 1- A Assembleia Geral reúne à hora marcada na convocatória se estiver presente mais de metade dos associados com direito de voto, ou 30 minutos depois, com qualquer número de presenças.
- 2- A Assembleia Geral extraordinária que seja convocada a requerimento dos irmãos só pode reunir se estiverem presentes três quartos dos requerentes.

#### Artigo 23º

##### (Mesa Administrativa)

- 1- A Mesa Administrativa é o órgão de administração da Santa Casa da Misericórdia, sendo composta, por um número ímpar de irmãos, no mínimo de sete e no máximo de onze membros efetivos, sendo o primeiro da lista o Provedor.
- 2- Na primeira reunião após a tomada de posse, os membros efetivos escolherão entre si o Vice-Provedor, o Secretário, o Tesoureiro e os Vogais, sob proposta do Provedor.



## SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALMADA

### COMPROMISSO

- 3- Os irmãos suplentes assumirão as funções de forma efetiva, pela ordem em que tiverem sido eleitos, quando se verifique impedimento dos efetivos.
- 4- Em caso de vacatura da maioria dos lugares da Mesa Administrativa, depois de esgotados os respetivos suplentes chamados à efetividade, deverão realizar-se eleições parciais para o preenchimento das vagas verificadas, no prazo máximo de um mês, completando os membros eleitos o mandato social.
- 5- Os irmãos suplentes podem ser chamados à colaboração da Mesa Administrativa quando for julgada conveniente a sua coadjuvação.
- 6- A Mesa Administrativa poderá ser coadjuvada por mordomos, livremente por ela escolhidos, e a quem atribui as tarefas que entender.

#### Artigo 24º

##### (Competências da Mesa Administrativa)

- 1- Compete à Mesa Administrativa representar a Santa Casa da Misericórdia de Almada, incumbindo-lhe nomeadamente:
  - a) Praticar e promover as ações conducentes à execução dos objetivos da Santa Casa da Misericórdia de Almada;
  - b) Velar pelos direitos, privilégios e tradições da Santa Casa da Misericórdia de Almada, bem como pela sua autonomia e sustentabilidade;
  - c) Velar pela efetivação dos direitos dos beneficiários;
  - d) Executar e fazer executar as deliberações dos órgãos sociais da Santa Casa da Misericórdia de Almada, assim como zelar pelo cumprimento deste compromisso e dos regulamentos;
  - e) Deliberar sobre a admissão de irmãos, sem prejuízo do recurso para a Assembleia Geral;
  - f) Elaborar anualmente o relatório de atividades e contas e o plano de atividades e orçamento de exploração previsional e investimentos, para serem submetidos a parecer do Conselho Fiscal e a deliberação da Assembleia Geral;
  - g) Administrar os bens, obras sociais e serviços da Santa Casa da Misericórdia de Almada, zelando pelo seu bom funcionamento e organização;
  - h) Contratar e gerir os recursos humanos da Santa Casa da Misericórdia de Almada;
  - i) Cobrar receitas, pagar despesas e deliberar sobre dívidas incobráveis;
  - j) Deliberar sobre a aceitação de heranças, legados e donativos, assim como sobre angariação de fundos;
  - k) Constituir grupos de trabalho, estudo e reflexão, com o objetivo de melhorar e desenvolver as atividades sociais da Santa Casa da Misericórdia de Almada;





## SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALMADA

### COMPROMISSO

- l) Deliberar sobre o arrendamento, comodato ou cessão de exploração de bens imóveis da Santa Casa da Misericórdia de Almada;
  - m) Deliberar sobre a realização de financiamentos e mútuos onerosos até ao limite de vinte e cinco por cento do fundo social, com parecer concordante do Conselho Fiscal.
  - n) Elaborar o inventário do património, móvel e imóvel, e dos valores da Santa Casa da Misericórdia de Almada, mantendo-o permanentemente atualizado;
  - o) Deliberar sobre pleitos a intentar ou a contestar, assim como sobre transações, confissões ou desistências;
  - p) Enviar ao Bispo da Diocese o relatório de atividades e contas do exercício, bem como o plano de atividades e orçamento de exploração previsional e investimentos, nos mesmos termos em que o faz perante a Segurança Social, para conhecimento e para “visto” no que respeita às atividades culturais e religiosas.
- 2- A Mesa Administrativa pode delegar poderes de representação e administração para a prática de certos atos ou de certas categorias de atos em qualquer dos seus membros, em profissionais qualificados ao serviço da Santa Casa da Misericórdia de Almada ou em mandatários.
- 3- A Mesa Administrativa pode delegar a coordenação de serviços e respostas sociais, bem como competências de gestão corrente, em qualquer dos seus membros ou em profissionais qualificados ao seu serviço.

### Artigo 25º

#### (Competências dos membros da Mesa Administrativa)

- 1- Compete ao Provedor:
- a) Superintender, diretamente ou por intermédio das pessoas para tal efeito nomeadas, na administração da Santa Casa da Misericórdia de Almada, orientando e fiscalizando os respetivos serviços e respostas sociais;
  - b) Convocar e presidir às reuniões da Mesa Administrativa, dirigindo os respetivos trabalhos;
  - c) Exercer a representação da Santa Casa da Misericórdia de Almada, em juízo e fora dele;
  - d) Assinar e rubricar os termos de abertura e encerramento e rubricar os livros de atas da Mesa Administrativa;
  - e) Preparar a agenda de trabalhos para as reuniões da Mesa Administrativa conjuntamente com o Secretário;
  - f) Assinar a correspondência e despachar os assuntos normais de expediente e outros que careçam de solução urgente, sujeitando estes últimos à confirmação da Mesa Administrativa na primeira reunião seguinte;



# SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALMADA

## COMPROMISSO

- g) Delegar quaisquer dos seus poderes em outros membros da Mesa Administrativa;
- h) Fazer executar as deliberações da Assembleia Geral e da Mesa Administrativa e cumprir quaisquer outras obrigações inerentes ao seu cargo, ou que as leis vigentes ou o costume lhe imponham.
- 2- Compete ao Vice-Provedor coadjuvar o Provedor no exercício das suas funções e substituí-lo nas suas ausências e impedimentos.
- 3- Os outros membros da Mesa Administrativa exercem as funções que esta lhes atribuir.
- 4- Compete, em especial, ao secretário elaborar as atas da Mesa Administrativa;
- 5- Compete, em especial, ao tesoureiro:
  - a) Orientar e acompanhar os serviços de contabilidade e tesouraria;
  - b) Assinar as ordens de pagamento e os recibos comprovativos de arrecadação de receitas;
  - c) Prestar regularmente informação à Mesa Administrativa sobre a situação financeira e patrimonial da instituição;
  - d) Velar pela autonomia e sustentabilidade financeiras da instituição.

### Artigo 26º

#### (Funcionamento)

- 1- A Mesa Administrativa reúne ordinariamente duas vezes por mês, e extraordinariamente, sob convocação do Provedor, por sua iniciativa ou da maioria dos seus membros.
- 2- As deliberações serão tomadas tendo em conta o disposto no artigo 17º do Compromisso, tendo o Provedor voto de qualidade em caso de empate na votação.

### Artigo 27º

#### (Conselho Fiscal)

- 1- O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização da Santa Casa da Misericórdia de Almada.
- 2- O Conselho Fiscal é composto por um Presidente, um Vice-Presidente e um vogal.
- 3- Para o Conselho Fiscal devem ser escolhidos, preferencialmente, irmãos que possuam conhecimentos para o exercício dos seus poderes de fiscalização.
- 4- O Presidente é substituído nas suas faltas e impedimentos pelo Vice-Presidente e este pelo vogal.
- 5- Em caso de vacatura de lugares do Conselho Fiscal, aplica-se o disposto nos nºs 3 e 4 do artigo 23º.



# SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALMADA

## COMPROMISSO

### Artigo 28º

#### (Competências do Conselho Fiscal)

- 1- Compete ao Conselho Fiscal, entre outras, velar pelo cumprimento da lei e deste compromisso e, designadamente:
  - a) Fiscalizar a atividade da Mesa Administrativa, verificando o cumprimento do plano de atividades e orçamento de exploração previsional e investimentos;
  - b) Fiscalizar a escrituração e documentos da Santa Casa da Misericórdia de Almada, bem como sobre os atos dos órgãos sociais, em especial nos domínios financeiro, económico e patrimonial;
  - c) Dar parecer sobre o relatório de atividades e contas, bem como sobre o plano de atividades e orçamento de exploração previsional e investimentos;
  - d) Dar parecer sobre as propostas da Mesa Administrativa à Assembleia Geral referidas nas alíneas h) e i) do artigo 19º;
  - e) Dar parecer prévio obrigatório à deliberação da Mesa Administrativa a que se refere o artigo 24º, nº 1, al. m) deste compromisso;
  - f) Dar parecer sobre qualquer outro assunto que os órgãos sociais submetam à sua apreciação;
  - g) Assistir às reuniões da Mesa Administrativa, quando para tal for convidado pelo Provedor;
  - h) Examinar e conferir os valores existentes nos cofres, sempre que o considere oportuno;
  - i) Verificar os balancetes da tesouraria, quando o entender;
  - j) Solicitar à Mesa Administrativa os elementos que considerar necessários ao cumprimento das suas competências, bem como propor reuniões extraordinárias para discussão, com aquele órgão, dos assuntos cuja importância o justifique;
  - k) Apresentar à Mesa Administrativa qualquer sugestão que considere útil para os melhores procedimentos de administração da Santa Casa da Misericórdia de Almada ou qualquer proposta que vise a melhoria do sistema de contabilidade usado.
- 2- O Conselho Fiscal pode ser integrado ou assessorado por um revisor oficial de contas ou por uma sociedade de revisores oficiais de contas, sempre que o movimento financeiro da instituição o justifique.

### Artigo 29º

#### (Funcionamento do Conselho Fiscal)

- 1- O Conselho Fiscal reúne, ordinariamente, uma vez em cada trimestre, podendo reunir também, extraordinariamente, para apreciação de assuntos de caráter urgente, sob convocação do Presidente, por iniciativa deste ou da maioria dos seus membros.





# SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALMADA

## COMPROMISSO

- 2- As deliberações serão tomadas tendo em conta o disposto no artigo 17.º deste compromisso, tendo o Presidente direito a voto de qualidade, em caso de empate na votação.

### Capítulo V

#### Património e regime financeiro

##### Artigo 30º

###### (Património)

- 1- O património da Santa Casa da Misericórdia de Almada é constituído pelo conjunto dos seus bens, direitos e obrigações presentes e dos que venha a adquirir, nos termos da lei e deste compromisso.
- 2- A aquisição, alienação ou oneração do património obedece ao previsto nos artigos 19º e 20º deste compromisso.
- 3- Os bens são registados em inventário anual, reportados a 31 de dezembro de cada ano.

##### Artigo 31º

###### (Rendimentos)

São rendimentos da Santa Casa da Misericórdia de Almada:

- a) As jóias de inscrição e as quotas dos respetivos irmãos;
- b) As heranças, legados, doações e respetivos rendimentos;
- c) Os subsídios, subvenções, participações e compensações de entidades públicas, privadas, religiosas e de economia social;
- d) O produto da alienação de bens próprios;
- e) Os espólios móveis dos utentes que não forem legitimamente reclamados pelos herdeiros ou seus representantes, no prazo de um ano a contar do dia do seu falecimento;
- f) Os rendimentos de prestação de serviços desenvolvidas no âmbito dos fins compromissórios, bem como de outras atividades acessórias que desenvolve;
- g) Os rendimentos dos bens próprios ou dos que tenha a administração;
- h) O produto de iniciativas de angariação de fundos e dos donativos particulares;
- i) Os juros de contas de depósitos, bem como o produto de empréstimos;
- j) Os rendimentos obtidos de investimentos financeiros;
- k) Os rendimentos que lhe caibam por força da lei ou de contrato;



# SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALMADA

## COMPROMISSO

- l) O produto da venda de edição de publicações sobre a sua história, cultura, vivência institucional e atividades ou de quaisquer produtos elaborados na instituição;
- m) Quaisquer outros rendimentos conformes com a lei, este compromisso e os regulamentos.

### Artigo 32º

#### (Afetação dos recursos financeiros)

- 1- A Santa Casa da Misericórdia de Almada, no cumprimento da lei, afeta os seus recursos financeiros aos seus gastos ou investimentos, visando a realização dos seus objetivos e a manutenção e sustentabilidade das respetivas atividades, obras sociais e serviços, no respeito por princípios de boa administração.
- 2- Os recursos obtidos da alienação de bens imóveis, são consignados, preferencialmente, a operações de investimento ou de diminuição do passivo da Santa Casa da Misericórdia de Almada.

### Artigo 33º

#### (Exercício social e princípios de gestão patrimonial e financeira)

- 1- O exercício económico e social da Santa Casa da Misericórdia de Almada corresponde ao ano civil.
- 2- A Santa Casa da Misericórdia de Almada goza de gestão autónoma e independente das autoridades públicas e de quaisquer outras entidades civis exteriores à economia social.
- 3- A organização contabilística da gestão económico-financeira da Santa Casa da Misericórdia de Almada será estabelecida em conformidade com o regime de normalização contabilística, com as necessárias adaptações que constem das normas contabilísticas específicas respeitantes às entidades do setor não lucrativo ou de economia social.
- 4- Na prossecução dos seus fins e no estreito respeito do compromisso e da lei, a Santa Casa da Misericórdia de Almada pode:
  - a) Adquirir, alienar ou onerar, a qualquer título, bens móveis e imóveis de acordo com o disposto na lei e neste compromisso;
  - b) Aceitar doações, heranças ou legados de acordo com o disposto na lei e neste compromisso, e desde que que não fique a cumprir encargos que excedam as forças da herança ou do legado, ou o ónus da doação, e que não sejam contrários à lei;
  - c) Contratar empréstimos e conceder garantias, de acordo com o disposto na lei e neste compromisso;
  - d) Participar no capital ou criar sociedades comerciais que sejam necessárias à gestão e optimização do seu património;



# SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALMADA

## COMPROMISSO

- e) Realizar investimentos no respeito por critérios da optimização do património e visando a autonomia financeira e sustentabilidade da instituição;
- f) Aplicar fundos em instituições bancárias;
- g) Promover todas as atividades que contribuam para a rentabilização do seu património.

### Artigo 34º

#### (Plano de atividades e orçamento)

- 1- A gestão orçamental deve ser conduzida de forma rigorosa e transparente no cumprimento das disposições legais e compromissórias, tendo como fim a sustentabilidade da Santa Casa da Misericórdia de Almada.
- 2- Até final de novembro do ano anterior àquele a que respeita, a Mesa Administrativa submete à apreciação e deliberação da Assembleia Geral o plano de atividades e o orçamento de exploração e de investimentos, acompanhados do parecer do Conselho Fiscal.
- 3- A Mesa Administrativa pode submeter à apreciação e deliberação da Assembleia Geral, no decurso do exercício económico, duas revisões orçamentais, de carácter retificativo, acompanhadas da respetiva exposição de motivos, sempre que se verifiquem desvios iguais ou superiores a 15% dos seus rendimentos e gastos globais.
- 4- Os irmãos estão impedidos de apresentar em Assembleia Geral propostas de alteração orçamental que envolvam, no ano económico em curso, qualquer aumento dos gastos ou diminuição dos rendimentos da Santa Casa da Misericórdia de Almada.
- 5- O plano de atividades e o orçamento é publicado no sítio da internet da Santa Casa da Misericórdia de Almada após aprovação da Assembleia Geral.

### Artigo 35º

#### (Relatório de atividades e contas)

- 1- Até final de março do ano seguinte a que dizem respeito, a Mesa Administrativa elabora e submete à apreciação e deliberação da Assembleia Geral o relatório de atividades e contas do exercício, bem como os demais documentos de prestação de contas legalmente obrigatórios.
- 2- O relatório de atividades e contas do exercício correspondem a atos aferidores da orientação da gerência, devendo conter uma exposição fiel e analítica das atividades concretizadas, bem como refletir com precisão as alterações patrimoniais e a evolução da estrutura dos gastos e dos rendimentos, e bem assim a aplicação dos resultados líquidos apurados, conjugados com a necessidade de constituição de fundos de reserva que se revelem necessários.





## **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALMADA**

### **COMPROMISSO**

- 3- O relatório de atividades e as contas do exercício devem sempre ser acompanhadas de parecer do Conselho Fiscal, assim como de parecer de certificação legal de contas, quando legalmente obrigatório.
- 4- A Assembleia Geral aprova, sob proposta da Mesa Administrativa e ouvido o Conselho Fiscal, os fundos de reserva que se revelem necessários.
- 5- O relatório de atividades e contas é publicado no sítio da internet da Santa Casa da Misericórdia de Almada após aprovação da Assembleia Geral.

### **Capítulo VI**

#### **Eleições e posse**

##### **Artigo 36º**

(Processo e matérias de natureza eleitoral)

- 1- As eleições regem-se por este compromisso, pelo direito canónico e pela lei civil.
- 2- A abertura do processo eleitoral para eleição dos órgãos sociais compete ao presidente da Assembleia Geral, cabendo à Mesa Administrativa a preparação do caderno eleitoral.
- 3- A eleição será feita por escrutínio secreto, à pluralidade de votos dos irmãos presentes, findo a qual o presidente da Assembleia Geral anunciará os resultados e proclamará os eleitos, lavrando-se e assinando-se a respetiva ata. Comunicará ao Bispo Diocesano para homologação, devendo os eleitos tomar posse em sessão que terá lugar em data que não ultrapasse a primeira quinzena do ano civil imediato ao das eleições, reportando-se o início do mandato ao dia 1 de janeiro.
- 4- As reclamações contra a lista ou listas de candidatura serão decididas pelo presidente da Mesa da Assembleia Geral e da decisão deste cabe recurso canónico para o Bispo Diocesano.
- 5- O contencioso eleitoral é da competência do Bispo Diocesano, nos termos do direito canónico.
- 6- Em ponderadas circunstâncias extraordinárias e excecionais, e após audiência prévia escrita do presidente da Assembleia Geral no prazo perentório de 10 dias, o Bispo Diocesano poderá designar uma comissão administrativa por um período limitado, mas nunca superior a seis meses, para organizar e concluir o processo eleitoral e pôr em funcionamento regular os órgãos sociais da Misericórdia.

##### **Artigo 37º**

(Listas e prazos da realização da eleição)

- 1- A eleição da Mesa da Assembleia Geral, da Mesa Administrativa e do Conselho Fiscal será feita em lista única, por escrutínio secreto, à pluralidade de votos dos irmãos



## SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALMADA

### COMPROMISSO

presentes na reunião ordinária a realizar na primeira quinzena do mês de dezembro do ano em que terminar o mandato dos órgãos sociais.

- 2- Até ao final do mês de outubro do ano em que terminar o mandato dos órgãos sociais, o presidente da Assembleia Geral fixa o dia, hora e local para a realização da assembleia geral eleitoral, fixando também todo o calendário eleitoral, e afixa o respetivo aviso na sede e nos equipamentos sociais, publicitando-o no sítio da internet da Santa Casa da Misericórdia de Almada.
- 3- As listas a apresentar a sufrágio devem ser entregues até às 17 horas do dia 15 de novembro do ano em que terminar o mandato nos serviços administrativos da sede da Santa Casa da Misericórdia de Almada, que confirmam a sua receção e as apresentam de imediato ao presidente da assembleia geral.
- 4- Caso as listas apresentadas sofram de alguma desconformidade legal ou compromissória, o presidente a Assembleia Geral notifica o primeiro subscritor, que para o efeito deverá indicar um endereço eletrónico e telefónico, para, no prazo de dois dias úteis, suprir a desconformidade.
- 5- Nos dois dias úteis seguintes ao prazo referido no número anterior, o presidente da Assembleia Geral decide sobre a conformidade legal e compromissória das listas, e declara quais as que considera válidas para apresentação a sufrágio, promovendo, de imediato, a sua publicitação através da afixação na sede e nos equipamentos sociais da instituição.
- 6- As listas devem ser subscritas por, pelo menos, catorze irmãos, cujos nomes delas não constem, devem obedecer aos requisitos exigidos na lei e neste compromisso relativamente à constituição dos órgãos sociais e, no caso da Mesa Administrativa e do Conselho Fiscal, devem conter um número de suplentes pelo menos igual a 1/3 dos seus membros efetivos.
- 7- O primeiro subscritor das listas será o interlocutor do presidente da Assembleia Geral para efeitos da preparação e da realização do sufrágio.
- 8- Caso não seja apresentada qualquer lista, o Provedor, em conjunto com a Mesa Administrativa, deverá preparar uma lista para apresentar ao sufrágio, que será apresentada ao presidente da Assembleia Geral até cinco dias antes do sufrágio.
- 9- Caso não haja apresentação de listas e o provedor e a mesa administrativa não apresentem uma lista para sufrágio, o presidente da Assembleia Geral marcará novas eleições, a realizar até final do mês de janeiro seguinte, fixando também o calendário eleitoral seguindo o disposto no presente artigo, com as devidas adaptações.
- 10- Os membros dos órgãos sociais cessantes mantêm-se em funções até serem substituídos.
- 11- No caso de algum dos dias referenciados neste artigo coincidir com sábado, domingo ou feriado, o prazo transfere-se para o primeiro dia útil seguinte.



## **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALMADA**

### **COMPROMISSO**

#### **Artigo 38º**

##### **(Votação e resultados)**

- 1- Antes de iniciada a votação será fixado pelo presidente da Mesa da Assembleia Geral um período mínimo não inferior a uma hora para duração do sufrágio, findo o qual se declara encerrada a votação.
- 2- A mesa eleitoral é a Mesa da Assembleia Geral, que assume todas as funções inerentes ao funcionamento do ato eleitoral.
- 3- Encerrada a votação proceder-se-á ao apuramento final, e o presidente da Assembleia Geral proclamará eleitos os membros da lista que obtiver o maior número de votos validamente expressos.

#### **Artigo 39º**

##### **(Posse)**

- 1- A posse será dada pelo presidente da Assembleia Geral cessante em data anterior ao início de funções, nos termos do artigo 36º deste compromisso.
- 2- As posses ficarão exaradas em livro especial a elas reservado.
- 3- No ato de posse, os novos eleitos prestarão o seguinte juramento: "*Declaro, pela minha honra, servir bem e fielmente o cargo para que fui eleito e observar e fazer observar o Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Almada*".

### **Capítulo VII**

#### **Disposições gerais**

##### **Artigo 40º**

##### **(Serviços e pessoal)**

- 1- A Santa Casa da Misericórdia de Almada terá ao seu serviço o número necessário de trabalhadores profissionais para a prossecução dos seus objetivos.
- 2- Deverá ser elaborado um quadro de pessoal global da instituição, composto pelos quadros de pessoal de cada equipamento ou serviço, aprovados pela Mesa Administrativa, nos termos da lei e deste compromisso.
- 3- A Mesa Administrativa nomeia os trabalhadores com funções de direção ou de coordenação, delegando-lhes as competências necessárias para assegurarem o funcionamento corrente do equipamento ou serviço a seu cargo.

#### **Artigo 41º**

##### **(Extinção)**





# SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALMADA

## COMPROMISSO

- 1- A extinção de Santa Casa da Misericórdia de Almada processa-se nos termos das leis civil e canónica.
- 2- A Assembleia Geral só pode deliberar sobre a extinção da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Almada na sequência de convocatória expressamente efetuada para o efeito, nos termos previstos na lei e neste compromisso.
- 3- A extinção da Santa Casa da Misericórdia de Almada não terá lugar se, pelo menos, um número de irmãos igual ao dobro dos membros dos órgãos sociais se declarar disposto a assegurar a permanência da instituição, qualquer que seja o número de votos contra.
- 4- A Assembleia Geral que deliberar a dissolução nomeará, de entre os irmãos presentes, uma comissão liquidatária, com poderes limitados à prática dos atos meramente conservatórios e necessários, quer à liquidação do património social, quer à ultimateção dos negócios pendentes.
- 5- Em caso de extinção da Santa Casa da Misericórdia de Almada, o remanescente dos respetivos bens, após os que tiverem o destino decorrente de vinculação legal ou compromissória específica, será, por deliberação da Assembleia Geral e após ouvido o Bispo da Diocese, atribuído a outra Santa Casa da Misericórdia ou a instituição de expressão católica com finalidade idêntica, em estrita observância do Compromisso CEP/UMP.
- 6- A extinção da Santa Casa da Misericórdia de Almada, como instituição particular de solidariedade social, implica a sua subsistência como pessoa jurídica canónica, mantendo a propriedade dos bens afetos a fins de carácter religioso ou a outras atividades a que se dedique.

### Artigo 42º

#### (Irmãos honorários e beneméritos)

- 1- Podem ser declarados honorários os irmãos que se tenham distinguido pelos serviços relevantes prestados à Santa Casa da Misericórdia de Almada.
- 2- Podem ser declarados beneméritos da Santa Casa da Misericórdia de Almada as pessoas estranhas à instituição, ou entidades que, por lhe haverem prestado serviços relevantes, sejam merecedores de tal distinção.
- 3- A declaração de irmão honorário ou de benemérito compete à Assembleia Geral, sob proposta da Mesa Administrativa, devendo os mesmos ser inscritos em livro especial e ser-lhes passado o respetivo diploma.

### Artigo 43º

#### (Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação deste compromisso serão



# SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ALMADA

## COMPROMISSO

resolvidas ou integradas conformemente à lei, ao Compromisso CEP/UMP e aos princípios gerais de direito canónico e civil, segundo deliberação da Assembleia Geral.

### Artigo 44º

(Norma transitória)

Este compromisso é constituído por 44 artigos e revoga integralmente o anterior compromisso da Santa Casa da Misericórdia de Almada, entrando em vigor imediatamente após aprovação em Assembleia Geral e cumprimento das demais formalidades exigidas pela lei.

### APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 30/03/2017

(Na sequência de determinação da Direção Geral da Segurança Social referente a anterior documento que tinha sido aprovado na reunião da Assembleia Geral de 27/10/2015 e homologado pelo Bispo Diocesano em 6/11/2015)

A Mesa da Assembleia Geral

Fotocópia autenticada de vinte e quatro páginas com quarenta e quatro artigos, conforme o documento original.

Secretaria Geral da Diocese de Setúbal,

19 de abril de 2017.

O Chanceler da Diocese de Setúbal

Pe. Horácio Manuel da Silveira Noronha